

## A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO COMO SUPORTE PARA AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Giovani de Paula<sup>1</sup>

### RESUMO

A gestão da informação e da comunicação se tornou fundamental para as atividades de segurança pública. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) permitem a ampliação da construção de variados conteúdos informacionais facilitando a atuação profissional e os processos da organização, possibilitando a interatividade entre os colaboradores e a sociedade e aumentando o potencial de prevenção e resolutividade dos problemas que causam preocupação nas comunidades, nos conflitos e em questões transversais que tenham ou possam vir a ter reflexos na segurança pública. Diante da complexidade das atividades inerentes à segurança pública, a adequada gestão da informação e do conhecimento faculta que a polícia deixe de ser um órgão meramente de prevenção da violência, de controle e de repressão, passando a atuar como prestadora de serviços e voltada para a defesa e promoção dos direitos de cidadania.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Informação. Conhecimento. Gestão. Política Pública.

### ABSTRACT

The information management and communication has become an essential tool for public safety. Information Technologies and Communication Technology (ICT) allow the expansion of the construction of various informational content facilitating the professional and the organization's processes, enabling interactivity between employees and the society and increasing the potential for prevention and resolution of problems that cause concern communities, conflicts and cross-cutting issues that have or may have effects on public safety. Proper management of information and knowledge that gives the police no longer merely a national violence prevention, control and repression, starting to act as a service provider focused on defending and promoting the rights of citizenship.

**Keywords:** Public Safety. Information. Knowledge. Management. Public Policy.

### Introdução

As tecnologias de informação e comunicação tem se integrado ao contexto de evolução das organizações em razão das mudanças que propiciam nas atividades e rotinas de

---

<sup>1</sup>Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina. Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento na UFSC/2009. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), graduação em Formação de Oficiais pela Polícia Militar pela Academia de Polícia Militar da Trindade (1986). Atualmente é professor da Universidade do Sul de Santa Catarina e professor da UnisulVirtual no ensino superior de pós-graduação. Pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenador do Programa de pós-graduação em segurança da UnisulVirtual.

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

trabalho e pelas influências que exercem nos mais variados processos organizacionais e também de sociabilidade e interação.

As novas tecnologias e a emergência da chamada sociedade da informação e do conhecimento demandam que as estruturas governamentais passem a se adequar às novas formas de gestão e de administração, de forma a catalisar ações facilitadoras para a administração pública e para o administrado.

Nesse sentido, deve se reconhecer que as estruturas de segurança pública são complexas e fazem parte de um sistema social complexo, sendo que as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) oferecem uma série de facilidades para a administração e gestão pública que podem melhorar a vida dos cidadãos em termos de segurança. Ou seja, as políticas públicas e as ações, quer preventivas ou repressivas, podem ser facilitadas e voltadas para um modelo de gestão pública mais participativa, eficiente, efetiva e transparente, melhorando e aperfeiçoando o relacionamento com o cidadão e a qualidade dos serviços de segurança prestados.

Ocorre que o tema da segurança compreende e enseja a participação de diversos atores e espaços de reflexão e de socialização, não sendo monopólio de um órgão específico do Estado, mas sim de toda a sociedade, razão pela qual as atividades de produção de conhecimento e informação e sua adequada gestão podem viabilizar, mediante uma interoperabilidade sistêmica, novas formas de enfrentamento ao fenômeno da insegurança, da violência e da criminalidade, visando a promoção da paz, ideário utópico, mas necessário para a convivência social.

Não se pode olvidar que o contexto social, do local ao global, exige instituições de segurança que ofereçam serviços orientados à defesa do Estado, da Sociedade e do cidadão, prevenindo ameaças e riscos comprometedores da segurança e também enfrentando a violência com respostas mais efetivas, o que implica a necessidade de redirecionamento das estratégias de controle do crime, com destaque para a mediação pacífica dos conflitos, relevando sempre a dimensão do exercício dos direitos de cidadania. Essa nova maneira de enfrentar o problema perpassa por políticas públicas que percebam a importância da informação e do conhecimento como eficientes ferramentas de planejamento e de gestão.

Este artigo tem como finalidade destacar a importância das atividades de gestão da informação e do conhecimento como suporte para as políticas de segurança pública e o reconhecimento de sua complexidade sob novas bases e fundamentos no sentido de apoiar as estratégias e ações no âmbito da segurança pública no contexto de um desenvolvimento social sustentável, haja vista que as formas tradicionais de intervenção nos conflitos visando à

manutenção da ordem pública não têm surtido os efeitos necessários em termos de prevenção da violência e da criminalidade.

Disso decorre a necessidade de verificação e acompanhamento das inovações tecnológicas e dos novos processos e técnicas na obtenção de informação e conhecimento para a segurança pública.

O objeto central dessa análise visa verificar como o uso das novas tecnologias de gestão da informação e do conhecimento vem sendo incorporadas como uma cota parte das políticas de segurança pública e utilizadas no que diz respeito à prevenção e ao enfrentamento da violência e da criminalidade e nos processos de proteção social e promoção da cidadania.

Neste contexto de abordagem se dará destaque à gestão da informação e do conhecimento na seara da segurança pública no sentido de que podem potencializar ações que permitam o planejamento tático e operacional com mais subsídios informacionais e que também possam contribuir para a construção de políticas públicas adequadas ao momento histórico, político e social em que vivemos, em que cada vez mais segurança é tratada como direito fundamental de todos e despontando a necessidade de uma cultura de segurança pública cidadã.

### **A gestão da Informação e do Conhecimento**

As transformações e a evolução da sociedade contemporânea trouxeram como legado a necessidade de um conjunto de atuações capazes de fazer frente às mais variadas expressões de violência. Isto implica na necessidade de se ter um adequado sistema de produção e gerenciamento da informação e do conhecimento capaz de antever, prevenir, e restaurar cenários de riscos.

A nova sociedade, também chamada de sociedade da informação e do conhecimento, cada vez mais oferece novos riscos, em que fatores como a violência urbana, desordens, mortes no trânsito, crise no sistema penitenciário, desigualdade social, mobilizações sociais, epidemias, acidentes de massa, deficiente atuação estatal nas áreas da saúde, educação, saneamento urbano e infra-estrutura e a própria crise no papel do Estado têm levado à necessidade do planejamento e da articulação de ações que evitem as situações de riscos ou que promovam uma intervenção qualificada no caso de eventos.

As tecnologias da informação e do conhecimento e sua adequada gestão auxiliam tanto na prevenção como na repressão da violência e da criminalidade, orientando as polícias para uma forma de atuação que orientam os processos decisórios com melhor precisão e eficácia,

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

razão pela qual não se pode escusar de sua necessidade no planejamento e nas ações de segurança pública. Segundo Adriana Beal:

Administrar adequadamente os recursos informacionais e seus fluxos na organização representa, hoje, uma necessidade cada vez mais premente em qualquer tipo de negócio. As organizações do século XXI existem num ambiente repleto de inter-relações que permanecem em constante estado de mutação, e, nesse contexto, informação e conhecimento representam patrimônios cada vez mais valiosos, necessários para que se possa prever, compreender e responder às mudanças ambientais e alcançar ou manter uma posição favorável no mercado. Para serem eficazes, as organizações precisam ter seus processos decisórios e operacionais alimentados com informações de qualidade (...). (BEAL, 2008, p.7)

Partindo da premissa de que não se pode prescindir das Tecnologias da Informação e Comunicação nas atividades de segurança pública, iniciamos apresentando um conceito para Tecnologia da Informação:

A TI pode ser definida como todo recurso tecnológico e computacional destinado à coleta, manipulação, armazenamento e processamento dados e/ou informações dentro de uma organização. Alternativamente, pode-se dizer que a tecnologia da informação é o uso de recursos computacionais para desenvolvimento de sistemas de informação.

Seus componentes essenciais são hardware e software. Costuma-se ainda considerar as telecomunicações como sendo um componente a parte da TI, devido ao fato de que hardware e software são de mais em mais interligados por meio de recursos de telecomunicações. (FURTADO, 2002, p. 24)

Depreende-se que quando se agrega à TI recursos de comunicação temos as Tecnologias da Informação e da Comunicação, as TICs, que é um estágio de sua evolução que ampliou a tecnologia para a área da comunicação e inseriu também o ambiente digital, facilitando a integração dos processos das organizações e facultando os inter-relacionamentos internos e externos.

As TICs compreendem, portanto, um de sistema de informações composto por artefatos que se inter-relacionam nas ações de coleta, recuperação, processamento, armazenamento e distribuição da informação, visando auxiliar nos processos decisórios, de forma a trazer benefícios no que tange à evolução dos serviços prestados, maior eficiência nesses serviços, minimização de erros e melhor atendimento ao usuário e ao cidadão.

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

As novas tecnologias da informação e comunicação e os sistemas baseados em conhecimento podem ter as mais variadas utilidades, dentre as quais destacamos, no âmbito da segurança pública, as seguintes:

- Investigação Criminal
- Sistema de identificação criminal
- Perícias
- Sistema de Informações Policiais Judiciárias
- Sistemas de Informações de Polícia Administrativa
- Sistema Penitenciário
- Defesa Civil
- Inteligência Policial
- Centro de Operações de Emergências
- Análise Criminal
- Geoprocessamento
- Governo Eletrônico

A incorporação de novas tecnologias da informação, comunicação e de produção de conhecimento, que vão desde a questão de novos hardware e software de computadores, sistema de telecomunicações, geoprocessamento de dados, identificação e investigação criminal e procedimentos de gestão podem contribuir decisivamente no enfrentamento da violência e da “criminalidade”, com destaque para a antecipação dos eventos, mediação dos conflitos e resposta mais efetiva diante daqueles cidadãos que entram em conflito com a lei.

O Governo Federal vem mobilizando esforços no sentido de que as atividades de produção de informação e conhecimento tenham prioridade nas ações de segurança pública, sendo que muitos sistemas estão sendo incorporados e desenvolvidos como parte das Diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública visando o aprimoramento da coleta de informações para subsidiar a produção do conhecimento. Dentre esses sistemas destacamos:

- Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (SINIVEM);
- Base Nacional de Conhecimento (BNC)
- Rede Nacional de Inteligência de Segurança Pública – RENISP
- Rede de Informações de Segurança Pública (INFOSEG) com módulos de consulta aos sistemas RENACH (Habilitação de Condutores de Veículos), RENAVAM (Rede de Veículos Automotores), SINARM (Sistema Nacional de Controle de Armas), ENCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro) e Redes de Informações dos Estados.

Não obstante há que se ter algumas cautelas, pois tem se evidenciado que diante da necessidade de proteção e defesa da sociedade e do cidadão, sob o sinônimo de “controle social”, as políticas de segurança pública no Brasil tem se acudido do emprego de novas

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

tecnologias e novas formas de gestão, numa dimensão de apropriação dos conflitos e de respostas que dão primazia aos processos de exclusão pela criminalização, relegando a um segundo plano a mediação pacífica dos conflitos e os direitos de cidadania. Cláudio Beato (1998) é esclarecedor a respeito:

[...] A proposição de políticas públicas de segurança consiste num movimento pendular oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. A idéia da reforma decorre da crença de que o crime resulta de fatores sócio-econômicos que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. Esta deterioração das condições de vidas traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens e serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com sub-grupos desviantes. Conseqüentemente propostas de controle da criminalidade passam inevitavelmente tanto por reformas sociais de profundidade, como por reformas individuais no intuito de reeducar e ressocializar criminosos para o convívio em sociedade. À par de políticas convencionais de geração de emprego e de combate à fome e à miséria, ações de cunho assistencialista visariam minimizar os efeitos mais imediatos da carência, além de inculcar em jovens candidatos potenciais ao crime novos valores através da educação, prática de esportes, ensino profissionalizante, aprendizado de artes e na convivência pacífica e harmoniosa com seus semelhantes (BEATO, 1998, p. 17).

Nesse sentido a adequada gestão da informação e do conhecimento pode servir de pilar entre a regulação e a emancipação humana, pois além de permitir a construção de variados conteúdos informacionais facilitando a atuação profissional e os processos a nível de planejamento e decisórios da organização, também possibilita a interatividade entre os colaboradores e a sociedade aumentando o potencial de prevenção e resolutividade nos problemas que causam preocupação e sensação de insegurança nas comunidades, nos conflitos e em questões transversais que tenham ou possam vir a ter reflexos na segurança pública.

Muito embora as pessoas, e não as tecnologias, sejam o elemento central para a eficiência dos sistemas informacionais, pois estes requerem adequadas formas de gestão, percebe-se que a transformação e o uso de novas tecnologias tem se tornado cada vez mais imprescindíveis para a atuação das estruturas governamentais, eis que:

As tecnologias de informação e comunicação transformam radicalmente tudo, desde processos de trabalho e produção, até as formas de sociabilidade. Indivíduos e coletividades se movem e se reproduzem cada vez mais através das técnicas e procedimentos

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

informáticos, mediados em âmbito local, nacional, regional e mundial. (...) Este não é apenas um processo de representação do mundo (conhecer), mas também um estado de ação no mundo, pressuposto para sua reconstrução (ROVER, 2008, p. 12)

E no campo da prevenção, forma de atuação que deve ter primazia nas ações da Polícia, Theodomiro Dias Neto entende que existe um conjunto de ações e atores envolvidos: primeiramente a participação comunitária e diagnósticos dos cidadãos em relação aos problemas locais e, a seguir, uma segunda modalidade de ação preventiva, qual seja:

A segunda modalidade de ação preventiva local inclui aquelas voltadas **à produção de conhecimento**. Entende-se que a produção e a difusão de conhecimento no campo da segurança pública constituam por si só ações de prevenção, pois corrigem deformações na representação social dos problemas que possam ser geradoras de alarme social e servem de subsídio na formulação de políticas.(grifo nosso) (DIAS NETO, 2005, p. 119)

A amplitude das políticas públicas necessárias para fazer frente ao problema da (in)segurança pública enseja o rompimento de paradigmas, em que se perceba não apenas a necessidade de novas tecnologias e modalidades de gestão, mas também a mudança de concepção sobre o papel da polícia, em que se inclua no campo e dimensão da prevenção, muito embora isto sirva também em alguns casos para a repressão, a participação democrática nas ações de segurança pública.

O mesmo autor, seguindo essa linha, nos aponta uma terceira linha de ação preventiva:

O terceiro grupo de atividades locais de prevenção refere-se ao planejamento, a partir do diagnóstico, de um plano de intervenções com a participação da sociedade. O desafio está naturalmente na capacidade de diversificação das respostas e no engajamento do maior número de recursos disponíveis, evitando ao máximo o emprego do instrumento penal.(DIAS NETO, 2005, p, 119)

Essas práticas de prevenção constituem políticas inovadoras de segurança urbana e são também chamadas de “nova prevenção” em que se atua na modalidade situacional mediante o controle e na prevenção social, em que se “busca intervir nas condições sociais, culturais, econômicas, educacionais subjacentes aos fenômenos do medo e da criminalidade”. (DIAS NETO, 2005)

### **A Gestão do Conhecimento e as Tecnologias da Informação e Comunicação**

As Tecnologias da Informação e Comunicação permitem a formação de redes e sistemas e a possibilidade de interlocução com a sociedade, como por exemplo a incorporação do Governo Eletrônico como artefato nas ações de segurança pública, mediante as vertentes da *e-cidadania* e da *e-participação*, que são modalidades de comunicação via ciberespaço visando a cidadania e a participação, respectivamente, que podem contribuir nessas ações de prevenção e na construção de políticas públicas de segurança.

O Governo Eletrônico, conhecido também por “governo digital”, tem levado a democratização das decisões públicas mitigando as relações de poder, a medida em que possibilita a participação democrática de forma mais efetiva no trato das questões públicas fomentando novas formas de organização política e a construção de “redes sociais de cooperação”. Some-se a isso a economia com papéis e rotinas próprios de da burocracia estatal.

O uso de procedimentos tendo como suporte o governo eletrônico possibilita uma imensa rede de comunicação e interação, cuja capilaridade pode viabilizar o envolvimento da sociedade e dos cidadãos no planejamento e na gestão pública, minimizando o monopólio estatal. E quando falamos em segurança pública, que como visto “é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” (art. 144 CRFB) isso se torna mais flagrante.

Esse aspecto é destacado por Silveira (2001):

Divulgar informações imprescindíveis para a sociedade pela Internet é muito mais rápido e barato; além disso as possibilidades de interatividade com os cidadãos são bem maiores do que em qualquer outro veículo de comunicação. Estas vantagens têm levado os serviços públicos também para o ciberespaço, permitindo seu acesso remotamente, 24 horas por dia, 7 dias por semana (SILVEIRA, 2001, p.41)

Atualmente muitas estruturas de segurança pública no Brasil já possuem formas de interação com o cidadão e com a sociedade nos seguintes espaços: Ambiental, Vigilância Eletrônica, Boletim Eletrônico de Ocorrência, Ouvidoria, Serviços de Detran (habilitação, consulta de pontos na habilitação e multas, Registro de Veículos) , Disque Denúncia, links de “procurados” pela justiça, acesso a Estatísticas Criminais, link de informações sobre veículos roubados, licitações, inscrição em concursos públicos. fiscalização do trabalho da polícia, acompanhamento e participação no planejamento e gestão, além de informações e serviços que pode receber via ciberespaço.

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

Mas existem muitas outras necessidades e possibilidades que podem contribuir para a prevenção e enfrentamento à violência e à criminalidade, e diante dos desafios da sociedade contemporânea os caminhos que se apresentam como alternativas perpassam pela construção e organização de redes socialmente estruturadas e comprometidas com a construção de parcerias, estratégias governamentais e elaboração de políticas públicas que atendam às necessidades de segurança de toda coletividade.

Isso representa um avanço no exercício da cidadania, democratiza o espaço público, dá transparência e otimiza as ações de segurança pública, com repercussão no aperfeiçoamento de suas ações e numa maior efetividade nos atos de gestão, que passam a contar com uma maior parceria da sociedade e dos cidadãos.

Desse modo, o envolvimento dos cidadãos na formulação de políticas públicas deve fazer parte das estratégias dos organismos de segurança, pois os conflitos e as violências são um problema público, e as TICS, o *e-gov*, a *e-participação* e a *e-cidadania* certamente se constituirão em componentes estratégicos e fundamentais para ações mais efetivas e eficazes do governo na área da segurança pública.

E os desafios diante dos novos conflitos impõem um modelo de gestão da informação e do conhecimento em segurança pública que ultrapasse paradigmas e rompa preconceitos, reafirmando a importância das atividades de inteligência para o Estado e para a sociedade de forma tal que auxilie na proteção dos cidadãos e na promoção da cidadania, com uma atuação em diversos campos inerente à sua complexidade.

A “inteligência” aqui referida diz respeito à “atividade de obtenção e análise de dados e informações e de produção e difusão de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, relativos a fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, ação governamental, a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado”, conforme disposto no art. 1º, § 2º, do Decreto nº 4.376/2002.

As atividades de inteligência tem por escopo a produção de informação e conhecimento e para se ter idéia de sua dimensão e complexidade, o Brasil possui um Sistema Brasileiro de Inteligência que é composto pelos seguintes órgãos:

- Casa Civil da Presidência da República, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM;
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão de coordenação das atividades de inteligência federal;
- Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – **órgão central do Sistema;**

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

- Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Diretoria de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça;
- Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Inteligência Estratégica da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, da Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa, do Estado-Maior da Armada, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército e do Centro de Inteligência da Aeronáutica;
- Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais da Subsecretaria Geral da América do Sul;
- Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Banco Central do Brasil;
- Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria-Executiva;
- Ministério da Saúde, por meio do Gabinete do Ministro de Estado e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria-Executiva;
- Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Gabinete do Ministro de Estado;
- Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria-Executiva;
- Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil;
- Controladoria-Geral da União, por meio da Secretaria-Executiva.

Como pode se perceber, existe um conjunto de órgãos no âmbito das atividades de inteligência que buscam uma atuação de forma complexa e articulada, visando exatamente ampliar, com essa interagencialidade e visão plural, o espectro de conhecimentos necessários às decisões estratégicas ou atuais para a preservação do Estado Democrático de Direito e a proteção da sociedade e dos cidadãos.

### **A atividade de Inteligência na produção da informação e do conhecimento**

Na conjuntura das atividades de inteligência, o conhecimento e sua gestão passam a ter papel relevante na medida em que ampliam o espaço dialógico, qualificam a informação e apresentam-se como um *input* que permite diminuir incertezas, ampliar as possibilidades dos processos decisórios e potencializar as ações e estratégias organizacionais e operacionais.

Segundo Valentin:

[...] a gestão da informação e a gestão do conhecimento atuam objetivando diminuir situações ambíguas e com alto índice de incerteza, possibilitando às pessoas da organização o acesso e o uso de informações que agirão sobre essas situações. O nível de complexidade da situação requer atenção quanto à precisão, relevância e propósito da informação. O ambiente organizacional complexo necessita de condições que amenizem a complexidade dos processos existentes neste âmbito, e a informação é um elemento que proporciona a diminuição dessa complexidade.

Para isso é necessário que as organizações possuam um setor especializado que vise à gestão, organização, tratamento e disseminação da informação (VALENTIN, 2008, p. 23-24).

Os setores especializados na gestão, organização, tratamento e disseminação da informação e produção de conhecimento são os organismos de inteligência das estruturas do Estado, que com utensílios e ferramentas como as TICs auxiliam nas atividades de inteligência e, por conseguinte, nos processos de gestão, organização, tratamento e disseminação da informação e de construção de conhecimentos para as organizações, especialmente em razão de sua complexidade, em que a informação não se encontra concentrada, mas sim invariavelmente difusa, e surge diante de interesses e competências específicos de atores, os quais devem continuar a ser o foco dessa produção de conhecimento, mas que devem interagir entre si, de forma a ampliar os fluxos informacionais.

As novas tecnologias da informação e comunicação e os sistemas baseados em conhecimento podem ter as mais variadas utilidades, afetar “todos os sentidos”, dentre os quais destacamos, no âmbito da segurança pública, os seguintes: Investigação Criminal, Sistema de Identificação Criminal, Perícias, Sistema de Informações Policiais Judiciárias, Sistemas de Informações de Polícia Administrativa, Sistema Penitenciário, Defesa Civil, Inteligência Policial, Centro de Operações de Emergências, Análise Criminal, Geoprocessamento, e Governo Eletrônico.

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

No âmbito das políticas de informação e gestão do conhecimento, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, ao sistematizar as principais políticas para o setor, aponta que:

As políticas de informação e gestão do conhecimento têm como objetivo modernizar, ampliar e aperfeiçoar o Sistema de Gestão do Conhecimento e sistematizar as informações de segurança pública; estabelecer um ambiente de cooperação com os Estados, Distrito Federal e Municípios para qualificar a situação da criminalidade e violência; modernizar as agências de segurança pública e justiça criminal em termos de recursos físicos, humanos, tecnológicos e gerenciais para alimentar o sistema de gestão do conhecimento; promover ações integradas e o planejamento estratégico das instituições; identificar e difundir as melhores práticas, estratégias e tecnologias; incrementar o processo de divulgação das informações criminais e de inteligência para os públicos externo e interno das instituições de segurança pública e justiça criminal; e incrementar a produção de diagnósticos tecnicamente orientados para o planejamento e gestão das instituições de segurança pública (SENASP, VADE MECUM Segurança Pública, 2010, p. 243).

Portanto, perante a complexidade das atividades de segurança e das peculiaridades de suas estruturas, torna-se imperativa uma perspectiva multiagencial e interdisciplinar que leve em consideração outras formas de visão sobre as coisas e fatos, quer sejam pretéritos, presentes ou de possíveis cenários futuros, de maneira que áreas distintas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Direito, Computação, Ciência da Informação, Filosofia, Inteligência Artificial, Linguística, Segurança, dentre outras, possam levar à construção de uma ontologia para as atividades de inteligência em segurança, o que promoverá uma maior expansão da produção de conhecimento e adequação de sua organização, utilização e gestão.

Em nosso campo de análise no sentido de carrear informação e conhecimento, a complexidade é característica da organização, mas também é uma característica da violência e da criminalidade, que compreende uma “teia” de interações e “relações” conflitivas que estão em constante variação e transformação, razão pela qual se evidencia a necessidade de novos métodos que permitam a reunião de várias fontes em torno do objetivo comum da segurança pública, funcionando, segundo Morgan (2006), tal qual um cérebro vivo com memória adaptada à Era Digital e suas novas necessidades, e não refém da memória humana e suas limitações.

Para Celso Ferro:

A inteligência da organização deve considerar a eficácia global da organização do ponto de visão da sua inteligência total, ou sua habilidade para fazer coisas de um modo inteligente. A Inteligência organizacional pode ser definida como a capacidade da organização para mobilizar toda a capacidade intelectual a fim de alcançar sua missão. Organizações anacrônicas, fortemente burocráticas e hierarquizadas, tendem a se

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

derrotarem, desperdiçando energia humana e falindo na capitalização da inteligência das pessoas. Organizações “inteligentes” tendem a ter sucesso pela multiplicação da inteligência pelas pessoas em um processo colaborativo (FERRO, 2008, p. 31).

Depreende-se que a agregação do ser humano a novas redes e a novas tecnologias e sua capacitação diante de um cenário social de complexidade poderá dar maior tangibilidade na produção e prospecção de informação e conhecimento na seara da segurança pública.

### **Considerações Finais**

A incorporação crescente da tecnologia da informação e da comunicação em sistemas complexos e em processos sociais complexos pode alterá-los fundamentalmente em razão das possibilidades que apresentam em termos de prognoses sobre cenários úteis para as estratégias e ações em segurança, pois a abordagem dos Sistemas Adaptativos Complexos é uma forma inovadora de olhar para o mundo e significar suas relações e dinâmicas.

Ocorre que as organizações e os sistemas sociais, e por conseguinte seus conflitos, exibem padrões dinâmicos idênticos, equivalentes a sistemas físicos, biológicos e computacionais, em que a complexidade é imanente, o que permite a projeção de novos objetos, novos cenários e novas estratégias de ação, pois sem informação e conhecimento em ambientes complexos corre-se o risco de se limitar ou mesmo inviabilizar a capacidade de previsão.

Isto implica na necessidade de permanente desenvolvimento organizacional, visto como um processo inerente às organizações e suas relações com o ambiente, e intimamente ligado à mudança e sua capacidade adaptativa, podendo-se valer da metáfora do sistema de inteligência compreendido como um “ser vivo”, um sistema orgânico interdependente de seu meio.

Evidencia-se que, com as novas tecnologias, a informação e o conhecimento se difundem por todas as redes sociais e organizacionais, os limites dos fluxos de comunicação se expandem, os pontos de controle se tornam intangíveis, e as fontes estão em muitas partes, o tempo todo se difundindo e transformando-se, o que exige novos procedimentos e novas técnicas na seara da segurança que permitam reunir e tornar úteis o que for produzido.

A prospecção e gestão de informação e conhecimento, compreendida na sua dimensão complexa e sistêmica e com análise de cenários de riscos, faculta uma forma de atuação

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

preventiva, nas origens dos conflitos e de situações que geram ou possam vir a gerar insegurança, minimizando a necessidade de intervenção repressiva ou de atuação limitada sobre os resultados de eventos, tais como os acidentes, os desastres e as tragédias.

Não se pode mais olvidar que quem não inovar e buscar expertise e novas competências para obtenção de informação e conhecimento em áreas sensíveis, como é o caso da segurança pública, acompanhando a produção tecnológica e sua modernização e interagindo com outros atores, sucumbirá diante dos desafios concretos do mundo contemporâneo, pois a atividade de inteligência cada vez mais exige sofisticação e aperfeiçoamento crescente.

A gestão da informação e do conhecimento como suporte para as políticas de segurança pública implicam na necessidade de uso de novas tecnologias que além de servirem como infra-estrutura, devem ter uma concepção de uso pautada na ampliação do espaço democrático e da cidadania, no aumento da transparência da administração pública e na possibilidade de participação dos cidadãos no planejamento, na gestão e fiscalização das ações governamentais.

Essa perspectiva democrática e contemporânea é um dos caminhos mais viáveis que se apresentam, com a busca de respostas sistêmicas e não fragmentadas, visando assegurar segurança no sentido de que é obrigação do Estado, mas dever de todos !

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

AXELROD, Robert and COHEN, Michael D. **Harnessing Complexity: organizational implications of a scientific frontier.** New York: The Free Press, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.** Tradução de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BEAL, Adriana. **Gestão Estratégica da Informação.** São Paulo: Atlas, 2009.

BEATO, Cláudio F **Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability.** Belo Horizonte: UFMG. Disponível em : [http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos\\_publicacoes/polpub.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/artigos_publicacoes/polpub.pdf) □ acesso em 13 abril de 2011.

Brasil. Editores: Grupo de Implantação do SOCINFO, 2000.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.376, de 13 de setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Justiça. SENASP. **VADE MECUM Segurança Pública.** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.376, de 13 de setembro de 2002.

COELHO, Christianne C. S. Reinisch. Apresentação ppt. Disciplina: **Organizações como Sistemas Complexos. Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC.** Florianópolis: UFSC, 3º Semestre/2010.

DAVENPORT, T.H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.

DEPAULA, Giovani. Inteligência: histórico, atividade, sistema e subsistema. In: SILVA, Edson Rosa Gomes; SILVA, Otávio Sustenei da; KRIEGER, César Amorim Krieger (org). **Inteligência – estratégia de segurança pública.** Livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2009. p. 15-41.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança urbana: o modelo da nova prevenção.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais- FGV, 2005.

DUMONT, Danilo M.; RIBEIRO, J. Araujo; RODRIGUES, Luiz A. **Inteligência pública na era do conhecimento.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar**  
**A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

FERRO JUNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial**. Brasília: Fortiun, 2008.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e legislação correlata**. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

HOESCHL, Hugo Cesar (org.). **Introdução ao Governo Eletrônico**. Florianópolis: Ijuris, 2003.

KAMINSKI, Omar (org.). **Internet legal: O Direito na Tecnologia da Informação**. Curitiba: Juruá, 2003.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra**. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva – Por uma Antropologia do Ciberespaço**. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

PATRICIO, Josemária da Silva. **Inteligência de segurança pública**. Revista Brasileira de Inteligência/Agência Brasileira de Inteligência. v. 2, n. 3 (set. 2006). Brasília: Abin, 2006.

Polícia Militar do Estado de São Paulo. **Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROVER, Aires José. **Inclusão digital e governo eletrônico**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008.

ROVER, Aires José. **Direito e Informática**. Barueri, SP: Manole, 2004.

ROVER, Aires José. **Direito, sociedade e informática: limites e perspectivas da vida digital**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

ROVER, Aires José. **Informática no direito, inteligência artificial: introdução aos sistemas especialistas legais**. Curitiba: Juruá, 2001.

RUSCHEL, Airton. **O uso de ontologia no sistema do judiciário**. UFSC, 2010. (no prelo)  
SANTA CATARINA. POLÍCIA MILITAR. Diretriz de Procedimento Permanente n. 020/99/Comando Geral. Polícia Militar de Santa Catarina.

SCHAUFFERT, Fred Harry; BOTELHO, Luiz Otávio. **Atividades de inteligência**. Livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.

SILVEIRA, José Luiz Gonçalves da. **Gestão do Conhecimento para Segurança Pública e Defesa do Cidadão**. Florianópolis, SC: Obra Jurídica, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: A miséria da era da informação**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

[VERDE], O Livro Verde. **A sociedade da informação no Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: Exclusão Social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan – Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

W. Zusman. **A terra sob o poder de Mani**. Rio de Janeiro: Editora Edit JB, 1993.

## **SITES PESQUISADOS**

[http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/?tac=Hist%F3ria\\_da\\_Intelig%EAncia](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=Hist%F3ria_da_Intelig%EAncia)

[http://veja.abril.com.br/090604/p\\_130.html](http://veja.abril.com.br/090604/p_130.html)

<http://www.midiasem mascara.org/artigos/internacional/estados-unidos/7450-os-servicos-de-inteligencia-dos-eua-e28093-uma-analise-retrospectiva.html>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/George\\_Tenet](http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Tenet)

[http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view\\_txt.asp?id=478](http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=478)

[http://www.defesenet.com.br/zz/int\\_markus.htm](http://www.defesenet.com.br/zz/int_markus.htm)

<http://www.averdadesufocada.com/>

<http://www.band.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?ID=100000372852>

<http://www.cgi.infoseg.gov.br>